

REL-AUDIT-DAI - 22025

Código de validação: B45EA44B6B

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de
Pessoas Naturais do Maranhão – FERC

Prestação de Contas – Exercício 2024



S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL.....	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	6
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	7
3.1. Da realização da receita.....	7
3.2. Da realização da despesa.....	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2024.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão – FERC, posto que as demais unidades serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pela Diretoria de Auditoria Interna, enquanto 3ª Linha do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira, dos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no exercício de 2024 (PPA, LDO, LOA, Decretos de Execução e de Encerramento), dos relatórios do sistema SIGEF e, das análises de processos e documentos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2024-2027 foi estabelecido pela Lei nº 12.167 de 19 de dezembro de 2023. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2024-2027, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Este programa foi subdividido em 11 (onze) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FERC (UO 04903), a saber, 4430 – Gratuidade do Registro Civil.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2024 foi de R\$ 1.675.040.482,00 (um bilhão seiscentos e setenta e cinco milhões quarenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Para a Ação 4430 – Gratuidade do Registro Civil destinou-se 1,02% deste valor, ou seja, R\$17.030.000,00 (dezessete milhões e trinta mil reais).

AÇÕES PPA 2024-2027 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4430 - Gratuidade do Registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do Estado do Maranhão	FERC	Certidão concedida	unidade	529.435	17.030.000,00

Fonte: PPA 2024-2027

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2024 para o FERC:

PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	4430 - Gratuidade do Registro Civil		
Produto	Certidão concedida		
Unidade de Medida	unidade		
Meta Física			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
529.435	607.103	1,15	
Meta Financeira			
Planejada (D)	Realizada (E)	F = (E/D)	Eficiência (C/G)
17.030.000.00	18.060.878.45	1.06	1.78



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia:
Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência:
Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

FONTES:

1- PPA 2024-2027

2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela
Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.

Do quadro acima, verifica-se a adequação entre os valores planejado e executado das metas física e financeira, demonstrando a eficácia e eficiência da ação no exercício de 2024.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2024 é a de nº 11.994, de 31 de julho de 2023. Ela propôs as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2024 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

No exercício de 2024, mediante a Portaria nº 4565/2024, houve reforço na dotação orçamentária no valor R\$ 1.735.734,00 (um milhão setecentos e trinta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais) através do Excesso de Arrecadação do Fundo no ano anterior totalizando uma dotação final de R\$ 18.765.734,00 (dezoito milhões setecentos e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais).



3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2024, Lei nº 12.168 de 19 de dezembro de 2023, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 2.403.460.000,00 (dois bilhões quatrocentos e três milhões quatrocentos e sessenta mil reais), assim distribuídos:

LOA 2024	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	2.089.372.000,00
TJ	2.084.816.468,00
CGJ	4.555.532,00
FERJ	287.468.000,00
FESMAM	966.000,00
FERC	17.030.000,00
FUNSEG	8.624.000,00
Total	2.403.460.000,00
Fonte: LOA 2024	

O valor orçado à unidade orçamentária do FERC correspondeu a 0,71% do total fixado na LOA 2024.

Quanto à fonte, os recursos do FERC originam-se exclusivamente de receitas do próprio Fundo e integram o Orçamento Fiscal.

3.1. Da realização da receita

O FERC foi criado pela Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com a finalidade a captação de recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos de registro civil praticados pelas serventias extrajudiciais do Maranhão. Nos termos do art. 3º da LC nº 130/2009, constituem receitas do FERC:

- a) repasses financeiros com vistas a viabilizar à população do Estado do Maranhão prestação dos serviços itinerantes de Registro Civil das Pessoas Naturais;
- b) receitas oriundas de convênios, acordos e contratos firmados com entidades públicas ou privadas, visando à adequada manutenção da gratuidade assegurada aos cidadãos, possibilitando-lhes a prestação dos serviços públicos;
- c) três por cento dos emolumentos devidos às serventias extrajudiciais conforme as tabelas de Emolumentos do Estado do Maranhão; e
- d) rendimentos de aplicações financeiras com recursos do FERC.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FERC arrecadou o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

valor de R\$ 18.344.900,31 (dezoito milhões trezentos e quarenta e quatro mil novecentos reais e trinta e um centavos) no exercício de 2024, demonstrando um aumento na arrecadação de 7,53% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação – FERC			
Receitas	2023	2024	%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	16.408.463,12	17.956.459,84	9,43%
Receita Patrimonial	652.224,76	383.990,45	-41,13%
Outras Receitas Correntes	0,00	4.450,02	
TOTAL	17.060.687,88	18.344.900,31	7,53%
Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira			

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apurou-se um resultado orçamentário superavitário no período de R\$284.021,86 (duzentos e oitenta e quatro mil vinte e um reais e oitenta e seis centavos).

Apuração do Resultado Orçamentário	
Receita Orçamentária Realizada	18.344.900,31
Despesa Orçamentária Empenhada	18.060.878,45
Resultado Orçamentário	284.021,86
Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira	

3.2 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para 2024 totalizou R\$ 18.765.734,00 (dezoito milhões setecentos e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais) devido à abertura do crédito suplementar no valor de R\$ 1.735.734,00 (um milhão setecentos e trinta e cinco mil setecentos e trinta e quatro reais). Por sua vez, a despesa realizada no exercício de 2024 totalizou R\$ 18.060.878,45 (dezoito milhões sessenta mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), o que representa uma execução de 96% da dotação fixada, conforme destacado no quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA/ AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)		(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	17.030.000,00	18.765.734,00	18.060.878,45	704.855,55	96%
4430	GRATUIDADE DO REGISTRO CIVIL	17.030.000,00	18.765.734,00	18.060.878,45	704.855,55	96%

Fonte: SIGEF - Relatório do Comparativo da despesa autorizada com a realizada - emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade - Diretoria Financeira

Importante observar que a compensação dos atos gratuitos pelo FERC, principal despesa do Fundo, depende da demanda dos Cartórios de Registro Civil, não estando vinculada à ação direta do Poder Judiciário nesse sentido. Todavia, conforme destacado no tópico 1. *DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL*, a Ação apresentou eficiência nos resultados, posto que atingiu 1,15% da meta física planejada para o exercício, utilizando 6% a mais dos recursos financeiros programados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

i) a Ação 4430 apresentou eficiência nos resultados ao cumprir 1,15% da meta física planejada face à utilização de 6% a mais dos recursos financeiros programados para o período;

ii) os créditos adicionais do exercício observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64;

iii) a arrecadação do FERC aumentou 7,53% em relação ao exercício anterior, apresentando um resultado orçamentário superavitário; e,

iv) a execução orçamentária da Ação 4430 (Gratuidade do Registro Civil) utilizou 96% da dotação atualizada para o período;

São Luís, 25 de março de 2025.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Auditoria Interna
Diretoria de Auditoria Interna
Matrícula 107318

STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO
Analista Judiciário-Contador
Coordenadoria de Auditoria
Matrícula 175133

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 18:48 (STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO)
Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 22:43 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

